



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Eixo: Política Educacional

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COMO POLÍTICA DE ESTADO

Anderson Gabrelon (UNIFESP)¹

Resumo: O propósito deste texto é apresentar de que maneira o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) insere-se em políticas estatais. A ideia é contextualizar a origem desta política do livro didático que é decretada pelo Estado brasileiro e passa a ser implementada no ano de 1985, persistindo até os dias de hoje. Para tanto, temos como principal referencial teórico-metodológico o trabalho de Cassiano (2007); investigação que discute a gênese do PNLD e como este se inclui em políticas de Estado que atendem aos intentos do capital internacional, fato que é perceptível pela intervenção de agências internacionais financiando a distribuição dos manuais escolares no final do século XX e início do século XXI. O trabalho mencionado também serviu como fonte de pesquisa, além de outros (KANASHIRO, 2008; MANTOVANI, 2009) que discutem o PNLD. O objetivo maior pensado com este texto é levantar os fundamentos das políticas do livro didático, para simultaneamente seguir analisando como estas, através dos manuais de ensino produzidos e distribuídos sobre o controle do Estado, influenciam uma área do conhecimento. Para atingir este fim pretendemos seguir a nossa pesquisa que se encontra em andamento, e continuar examinando como os livros didáticos impactam a Geografia escolar. A análise das influências destas políticas na Geografia ensinada na escola, se realizará por intermédio da investigação de alguns exemplares de livros didáticos que hegemonicamente foram adquiridos pelo PNLD, e que entre outros recursos pedagógicos influenciam o professor a preparar as aulas, contribuindo para a criação e a reprodução de um conjunto de conceitos, como as ideias de país e de quem são os indivíduos que se encontram inseridos em seus limites territoriais, entre outros, que contribuem para a construção de um sentimento de pertencimento, o desenvolvimento de uma identidade coletiva, a construção da identidade nacional, questões centrais do trabalho que estamos realizando sobre “O Brasil e os brasileiros do século XXI: o que declaram os livros didáticos de Geografia”. Por ora avançamos no sentido de perceber que não podemos desprezar o impacto que o livro didático provoca na educação escolar, porque apesar deste recurso pedagógico não ser o único elemento que media a interação entre professores-alunos, talvez ele seja a principal forma que as disciplinas escolares como a Geografia, tem adotado para penetrar na escola e impactar a formação dos indivíduos; assim pretendemos seguir verificando com maiores cuidados a repercussão destas inquietudes, sobretudo proporcionadas pelas políticas de Estado ligadas à internacionalização da produção e circulação de manuais escolares no século XXI que, inseridos em políticas educacionais impactam o mercado editorial e o currículo escolar. Adotamos para este fim

¹ Anderson Gabrelon, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: andygabrelon@hotmail.com



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

o recorte da Geografia escolar registrada nos manuais escolares que foram aprovados e adquiridos pelo PNLD.

Palavras- chave: Políticas Educacionais; Livro didático; PNLD.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como proposta apresentar como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) insere-se em políticas estatais. A ideia é contextualizar e entender a origem desta política do livro didático que, em meio a um cenário neoliberal de incentivo a privatizações e redução de benefícios dos trabalhadores, é estabelecida pelo Estado brasileiro no ano de 1985.

A intenção é elencar elementos que suscitem questões e contribuam para pensarmos de que maneira esta abertura do país a empresas multinacionais de matrizes estrangeiras, impactaram o mercado editorial de manuais escolares no Brasil, o currículo escolar e as condições de trabalho dos professores.

Para tanto, iremos dialogar com pesquisadores (CASSIANO, 2007; KANASHIRO, 2008; MANTOVANI, 2009) que discutem os impactos do PNLD na Educação, e de que maneira este se inclui em políticas estatais que se articulam aos intentos do capital internacional; fato que é perceptível pela intervenção de agências internacionais, financiando a distribuição dos manuais de ensino no final do século XX e início do século XXI.

O objetivo maior pensado com este trabalho é levantar os fundamentos das políticas do livro didático, para concomitantemente seguir analisando como estas, através dos manuais de ensino produzidos e distribuídos sobre o controle do Estado, influenciam uma área do conhecimento; e para atingir este fim pretendemos, simultaneamente a este estudo, seguir verificando como os livros didáticos impactam a Geografia escolar.

Para investigar as influências destas políticas educacionais na Geografia ensinada na escola, estamos analisando alguns exemplares de livros didáticos que foram aprovados pelo PNLD (VEDOVATE, 2010; ADAS, 2011; VESENTINI; VLACH, 2012), são instrumentos pedagógicos que, entre outros, impactam o preparo aulas e a prática escolar das disciplinas que compõem a matriz curricular e contribuem para a criação de alguns



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

conceitos, entre os quais as ideias de Brasil e de brasileiro. A pesquisa² que estamos realizando tem como objetivo central, analisar de que maneira a Geografia escolar constrói a identidade do território e a identidade do brasileiro por

² *O Brasil e os brasileiros do século XXI: o que declaram os livros didáticos de Geografia*, investigação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), período 2014-2017.

intermédio dos manuais didáticos do PNLD e para tanto, entende-se a necessidade de dialogar com os autores sobre algumas posições conceituais materializadas em seus trabalhos direcionados ao ensino de Geografia, conceitos que colaboram para a formação da identidade dos lugares e dos homens, como as ideias de nação, território e algumas noções de Estado. Entre os pesquisadores que nos ajudam a pensar esses conceitos, que estruturam os discursos dos livros didáticos de Geografia, e nos induzem a desenvolver ideias sobre o Brasil e os brasileiros, estão Poulantzas (1981), Raffestin (1993), Moreira (2007, 2014) e Santos (2005).

Esperamos que esta apreensão do PNLD nos ajude a refletir sobre os interesses do Estado em utilizar esta política para controlar o conhecimento geográfico, entre outros, que penetram na escola por intermédio dos livros didáticos e impactam as possíveis leituras de mundo que as disciplinas escolares como a Geografia podem promover, sobretudo a construção da identidade nacional; um procedimento que demonstra intensificar-se a partir do período do Estado Novo, onde é criado o Instituto Nacional do Livro (INL), uma instituição que sinaliza a preocupação do Estado com a seleção do conhecimento que será inserido na escola por intermédio dos manuais escolares, assim buscamos entender o surgimento e o que motivou o Estado a decretar e perpetuar esta política do livro didático, o PNLD.

A ORIGEM DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

A Geografia escolar serve historicamente para construir a identidade nacional e o livro didático além de ser uma das maneiras desta disciplina apresentar-se na escola, também está inserido em políticas públicas como um dos vetores para o desenvolvimento do sentimento nacionalista. Estas premissas são resultantes, entre outras constatações, da



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

pesquisa que segue em andamento no curso de mestrado, trabalho que iniciamos como exigência parcial para conclusão do curso de Especialização em Ensino de Geografia, ministrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, período 2011-2013.

O trabalho citado tem o título “A Trajetória do Ensino de Geografia no Brasil” (GABRELON, 2013) e foi pensado com o intuito de analisar os objetivos e os procedimentos da Geografia escolar brasileira e como estes são praticados na educação básica. A pesquisa em referência fundamentou-se á examinar os procedimentos teórico-metodológicos registrados nos materiais didáticos de alguns pesquisadores-professores (CARVALHO, 1925, 1931; AZEVEDO, 1970, 1971,1973), cujos livros didáticos se destacaram no decorrer da trajetória do ensino deste conhecimento no Brasil. Com a intenção de colaborar para a reflexão sobre a prática desta disciplina no século XXI e a reconstrução dos propósitos e as estratégias para ensiná-la, a investigação seguiu comparando esta análise inicial com os discursos geográficos registrados em alguns livros didáticos (ADAS, 2006; VESENTINI, 2008; CASTELLAR; MAESTRO, 2009) publicados na primeira década do século vigente.

A partir da análise do livro que é considerado por muitos estudiosos a principal referência para o ensino da geografia brasileira no decorrer do século XIX, à obra “Corografia Brasília” (CASAL, 1976), cuja primeira edição foi publicada no ano de 1817, pode-se apreender que a prática deste conhecimento na escola visa entre outros propósitos, atender aos intuitos das políticas de Estado e que o livro didático se apresenta entre outros elementos que contribuem para esta finalidade.

Este trabalho de autoria do reverendo português Manuel Aires de Casal se mostrou articulado aos interesses da coroa portuguesa, que apresentava entre os seus objetivos a intenção de concentrar informações que pudessem colaborar com o reconhecimento das fronteiras do território brasileiro. Desta maneira, o governo português financiou a compilação produzida por Casal, o intuito era reconhecer para delimitar e proteger o território da sua colônia na América e assim seguir explorando as suas potencialidades econômicas, é neste sentido que Silva (2006) aponta, “que esse inventário tinha fortes vinculações com as políticas de Estado na organização de expansão do processo produtivo, em especial na virada do século XVIII para o seguinte” (2006, p.88).



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Financiado pela coroa portuguesa o compêndio intitulado como *Corografia Brasílica*, repercutiu no trabalho da maioria dos autores de manuais de ensino de Geografia do século XIX e influenciou a formatação de uma imagem de Brasil do período Imperial ao início da República, chegando a alcançar o século XX. Este livro entre outros elementos, como o primeiro Atlas do Brasil de autoria de Cândido M. Almeida (1868) e a fundação do Colégio Pedro II, instituição que apresenta um currículo a ser imposto como parâmetro de ensino nacional e contribui para o entendimento do sentido de ensinar Geografia na escola, fundamentaram a construção da ideia de Brasil e de brasileiro no transcorrer do século XIX e podem ajudar a entender que conceitos são estes e qual é a origem da estrutura dos manuais escolares do século XXI.

Pois, é notório que no transcorrer do século XX, os livros didáticos de alguns autores (CARVALHO, 1925, 1931; AZEVEDO, 1970, 1971, 1973) que são referências para o ensino da Geografia brasileira, continuaram a se inserir em políticas de Estado, inclusive a partir dos anos 1940 verifica-se a intensificação de incentivos para a busca da construção da identidade nacional, potencializando-se para este fim o uso de disciplinas escolares como a História e a Geografia, neste momento que se observa a “exacerbação do papel de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico, atribuído pelos detentores do poder de Estado a essa disciplina” (ROCHA, 1996).

Com base na pesquisa em referência, Rocha (1996), e outras leituras complementares, percebe-se que durante o século XX alguns autores que se destacaram na produção de livros didáticos como, por exemplo, os já mencionados professores Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo, seguiram apresentando em seus trabalhos algumas ideias que contribuem para a construção de uma imagem de Brasil e de brasileiro, como é o caso dos conceitos de território e de nação. Assim observamos que a Geografia escolar não abandonou esta discussão e continuou a influenciar a construção da identidade nacional e, por isso, o estudo sobre os manuais didáticos de Geografia e outros trabalhos que discutem este assunto durante o século XX, podem ajudar a compreender a estrutura dos livros didáticos contemporâneos, como estes se inserem em políticas de Estado e contribuem para a construção da identidade nacional no século XXI³.

No entanto, a intenção em incitar esta discussão inicial é sinalizar que os livros didáticos direcionados a prática da Geografia escolar, desde o período de inserção desta



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

disciplina na escola⁴, em meados do século XIX, demonstram-se articulados em políticas estatais, e que oficialmente as preocupações do Estado brasileiro com projetos em escala nacional que envolvem o livro didático, acentuam-se como parte de suas políticas a partir da instauração do Estado Novo, que em 1937 investe na,

criação do Instituto Nacional do Livro (INL), por meio do Decreto-Lei nº 93, de 21/12/1937. Posteriormente, em 1938, pelo Decreto Lei nº 1006, de 30/12/1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). (CASSIANO, 2007, p.19)

³ Para maiores aprofundamentos sobre a intensificação, a partir de 1940, dos investimentos do Estado em difundir o nacionalismo patriótico e o uso da Geografia escolar para este fim, consultar Rocha (1996).

⁴ Existe uma polêmica instaurada sobre a origem da Geografia na escola estar ou não articulada a fundação do Colégio Pedro II (1837), para se apropriar deste debate verificar os trabalhos de Rocha (1996, 2014), Cassab (2009) e Albuquerque (2014).

Com a institucionalização destes órgãos, os governantes brasileiros sinalizam o interesse em criar políticas educacionais, onde o Estado estaria mais próximo para orientar a organização dos manuais de ensino e fiscalizar os conteúdos que viriam apresentar-se nas escolas por meio destes.

Além de organizar a política dos livros didáticos direcionando os conteúdos que os mesmos deveriam abordar, estas instituições foram criadas com o papel de padronizar uma política nacional baseada em programas de ensino oficiais, com os quais os autores deveriam seguir para estruturar os seus livros e que simultaneamente fundamentassem a avaliação dos manuais de ensino, é com estas finalidades que são implantados o INL e a CNLD, órgãos estatais aos quais foram atribuídas as responsabilidades de análise e consentimento ou não para se produzir e circular os manuais didáticos nas escolas brasileiras, e neste sentido Cassiano argumenta que, “de 1938 até 1985, variadas formas de controle e intervenção estatal incidiram sobre o livro didático brasileiro, norteados diferentemente sua circulação, principalmente no período da ditadura militar (1964-1984)⁵” (CASSIANO, 2007, p.20).

Desde o momento que o governo brasileiro demonstra o interesse em investir em políticas voltadas para a gestão da produção e da circulação de manuais escolares na década de 1930, criando órgãos estatais para este fim, até o surgimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); sabe-se de algumas instituições e comissões que



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

foram implantadas com o objetivo, de entre outros interesses, aprimorar o fornecimento e controlar o conteúdo a ser registrado nos manuais didáticos destinados aos alunos da escola pública. Entre estas instituições, convênios e comissões se destacam a origem do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública que futuramente viria se tornar o Ministério da Educação (MEC), a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e posteriormente o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), que foi planejado pelo INL após este assumir as responsabilidades até então atribuídas ao COLTED.

Assim percebe-se que desde a criação do INL, o Estado vem buscando aprimorar e normatizar projetos para controlar a produção e distribuição gratuita de materiais didáticos para as escolas públicas do Brasil, decretando em 1985 uma política que foi denominada e promulgada como Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No

⁵ Neste momento não temos como foco discutir a intervenção estatal sobre o livro didático no período de 1938-1984, para maiores aprofundamentos, consultar Cassiano (2007), Franco (1982), Oliveira (1984) e Castro (1996).

entanto, reforçamos que o estudo sobre as políticas do livro didático direcionadas pelo Estado na conjuntura do período de 1938-1984, não é o objetivo de análise deste momento, e sim compreender os propósitos do “Decreto n.91.542 de 19 de Agosto de 1985 que cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no lugar do PLIDEF” (MANTOVANI, 2009, p.32). A ideia é entender os interesses do Estado com a implementação deste programa, para simultaneamente verificar as suas implicações em uma área do conhecimento, através do estudo de como tais políticas influenciam a Geografia escolar.

Por ora, a intenção é sinalizar que o PNLD promulgado em 1985 não é totalmente novo, pois este é resultante de políticas que foram sucedendo-se a partir da implantação do Estado Novo na década de 1930, mas, ao ser instaurado, o PNLD apresentou significativas mudanças em relação ao anterior “Programa do Livro Didático/Ensino Fundamental (PLIDEF)” (CASSIANO, 2007, p.20).

O PNLD originou-se no momento que entre os planos do governo se pensava em inserir o Brasil nos projetos de redemocratização. Este programa do livro didático foi



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

implantado sobre os intuitos do Estado brasileiro que demonstrava o interesse em legitimar a ideia de que este seria um novo procedimento, quando de fato o PNLD articulava-se ao PLIDEF, um programa que desde a década de 1970 apresenta entre as suas atribuições, o propósito de elaborar as regras e padronizar a produção de manuais didáticos, além de garantir a sua distribuição por todo o território nacional.

No fundo as intenções do governo que assumira o poder de Estado, é evitar relacionar a sua imagem à gestão passada, pois, esta atitude geraria um sentimento negativo sobre a sua administração, que poderia ser associada aos intentos do período da ditadura militar; por este motivo, o governo tentou criar uma ideia de que o PNLD é original e não teria relações com o PLIDEF.

Com a instauração do PNLD como política pública, o PLIDEF não foi esquecido, e sim a base para as mudanças propostas por este novo programa, que a princípio muito conservou do anterior e também potencializou a circulação dos manuais de ensino. Entre os novos propósitos deste projeto, inclui-se a distribuição gratuita de livros didáticos em uma amplitude antes desconhecida no país, pois, previa-se estender o fornecimento dos materiais didáticos que atingia as séries iniciais, para fase final do ensino fundamental, exigindo para tanto o aumento do orçamento e maior investimento na estrutura de produção e distribuição, fato que é apontado por Cassiano (2007), “A adoção deste tipo de política pública, em relação ao livro didático, revolucionou o mercado desses livros no Brasil, culminando numa distribuição gratuita sem precedentes, desses manuais na história do país” (CASSIANO, 2007, p.21).

Neste contexto, algumas mudanças sugeridas através de documentos elaborados por instituições estatais como o MEC, podem ajudar a entender os fundamentos da implantação do PNLD, é neste sentido que se apresentam os projetos intitulados “*Educação para Todos: caminho para a mudança, de 31/05/1985*” e “*Plano Decenal de Educação para Todos (MEC, 1993)*” (CASSIANO, 2007, p.21).

Ao analisar alguns trabalhos que exploram estes documentos, almejamos contribuir para o entendimento de como o PNLD se inclui em políticas públicas, quais os seus fundamentos e as significativas alterações que o mesmo apresenta em relação ao anterior PLIDEF.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO COMO POLÍTICA PÚBLICA E A INTERVENÇÃO DO CAPITAL INTERNACIONAL NA SUA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

O PNLD decretado pelo Estado brasileiro no ano de 1985 e que teve como base o PLIDEF, se origina como um programa que apontava entre as suas propostas incluir a participação do professor no processo que direciona a escolha dos livros escolares, expandir o programa para todas as séries do ensino fundamental e incentivar a utilização de livros que não fossem descartáveis; estes entre outros procedimentos estavam inseridos no PNLD, que de acordo com Cassiano (2007) “vinha diretamente vinculado ao *Programa Educação para Todos (PET)*, fruto de um documento maior denominado *Compromisso com a Nação*” (2007, p.22).

O documento citado apresenta entre as suas intenções o estabelecimento da democracia e promover o desenvolvimento da nação com justiça, compromisso explícito na introdução do projeto *Educação para Todos*, que para se realizar deveria “prioritariamente, resgatar a enorme dívida social existente” (DOCUMENTA, 1985 apud CASSIANO, 2007, p.23).

Neste sentido o governo atribuiu às problemáticas nacionais originadas no período da ditadura militar como produto, entre outros elementos, do débito de investimentos estatais em saúde e da falta de acesso à alimentação por grande parte da população brasileira, questões que seriam resultantes da centralização administrativa e das diferenças regionais promovidas por esta última; fatos apontados que por se incluírem na *dívida social existente* deveriam ser tratados articulados com a educação.

No documento denominado *Compromisso com a Nação*, são registradas as principais questões resultantes da antecedente gestão ditatorial, e que o governo acredita ser necessário remediar para resolver os impasses com a educação; entre estas se apresentam *a baixa produtividade no ensino e a inexistência de um adequado fluxo de recursos financeiros para a educação básica*, problemas que são mencionados por Cassiano (2007) como “os alicerces para o que veio a se constituir a política pública para o livro didático, no país redemocratizado. Nesses itens, são apresentados o quadro do Brasil e as propostas de intervenção estatal para sua reversão” (2007, p.23).



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Estes documentos expressam discursos do governo que apontam a sua atenção com as camadas sociais populares, pois, nestes são sinalizadas algumas preocupações do Estado em solucionar demandas públicas, que são direcionadas a atender a parcela da sociedade que fica a margem das vagas ofertadas na educação, ou ainda, sofre as penalidades impostas pela reprovação do ano de estudo escolar, que articulada a outros motivos, pode resultar na desistência do aluno em continuar frequentando a escola.

Entre outras causas que podem contribuir para a repetência e a desistência escolar, inclui-se a prática de ensino pautada em currículos desarticulados de situações que ajudem a propor reflexões sobre a realidade imediata do aluno, que por este motivo não reconhece o aprendizado como algo significativo para a sua vida e não desperta interesse ao estudo.

Também se pode elencar como motivo de evasão escolar, o fato da camada social de baixa renda, que em busca de suprir suas necessidades primordiais como alimentação, moradia, higiene e saúde; não terem condições de financiar os mínimos materiais didáticos necessários para a realização das atividades educacionais dos seus filhos, e ainda sentirem esta situação se potencializar devido à falta de bibliotecas e da oferta de outros instrumentos públicos de auxílio à educação; é neste contexto que são anunciadas algumas intenções do PNLD, conforme citadas em uma passagem do seu decreto nº 91.542 que foi promulgado em 19 de Agosto de 1985,

Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino de 1º grau, contidos no Programa “Educação para Todos”; Considerando-se a necessidade de promover-se a valorização do magistério, inclusive mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático; Considerando, finalmente, o objetivo de reduzir os gastos da família com educação: (...). (DECRETO Nº91.542, 1985 apud CASSIANO, 2007, p.22)

Estas colocações sinalizam algumas intenções do governo com a promulgação do PNLD. Programa que estava inserido em um projeto maior denominado de *Educação para Todos*, e que para ser executado visando minimizar de imediato algumas demandas, conforme citadas anteriormente, como incluir os alunos das camadas populares e promover o seu retorno à escola pública, foi pensado junto a um projeto denominado “*Livro Didático e Merenda Escolar*” (CASSIANO, 2007, p.24).



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

No entanto, por ser direcionado à parcela da população de baixa renda e não demonstrar se caracterizar como uma política que priorize os investimentos para garantir direitos, como anunciado em seu decreto, além de não proporcionar o acesso a outros benefícios que possam ajudar a transformar as condições de sobrevivência destas pessoas, podemos considerar que estes projetos contribuem para o concebimento do PNLD como uma política de cunho assistencialista, fato que é mencionado por Cassiano (2007),

É visível, então, que na sua implementação, o programa voltado para a distribuição do livro didático adquiria status de prioridade nacional sobretudo pela vertente do assistencialismo, vinculando-se de modo secundário à busca da qualidade na educação. (p.24)

Esta questão também é concebida no trabalho de Mantovani (2009) ao comentar sobre o contexto da década de 1980, momento que o governo transfere a administração do PLIDEF para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que em escala nacional assume a responsabilidade de controlar a compra e a distribuição de livros didáticos produzidos com recursos financeiros da união, adotando uma política que também “era centralizadora e assistencialista” (MANTOVANI, 2009, p.32).

A partir da década de 1980 as políticas governamentais voltadas para o livro didático sinalizaram-se como assistencialistas. Neste momento foi anunciada pelo MEC a intenção em incluir no PLIDEF, procedimentos que contribuíssem para a inserção dos alunos de família com baixa renda que seria desassistida pela educação escolar, fato que é apontado entre os propósitos deste projeto que previa, “colaborar no desempenho da política governamental e cultural do país, dando assistência ao alunado carente de recursos financeiros....” (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1997 apud MANTOVANI, 2009, p.31-32).

Desta maneira é reforçada a ideia de que a promulgação do PNLD, aparentemente não garante que alguns direitos expressos no texto do seu decreto, conforme anunciado em uma passagem deste, citado anteriormente, como a *universalização e melhoria do ensino de 1º grau*, sejam concretizados; pois a princípio observamos que a implantação deste programa foi articulada a projetos que sinalizavam deixar a qualidade educacional em segundo plano, priorizando a sua atenção para o assistencialismo, que inicialmente se



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

materializa com a implementação do PNLD atendendo com ênfase a região nordeste que recebeu “43% do total de livros distribuídos” (CASSIANO, 2007, p.24).

No entanto, sabe-se que o PNLD recebeu ajuda financeira do Banco Mundial (BM), e que este influenciou as transformações nas políticas do livro didático que a partir da década de 1980, apresentou entre os seus objetivos resolver os problemas referentes ao fornecimento dos manuais escolares. Nesta direção, simultâneo aos seus intentos assistencialistas, o PNLD quando da sua implantação, também apresenta indícios de seguir as orientações do Banco Mundial, entre as quais “constava a ênfase no uso de equipamentos didáticos acompanhado da valorização do livro didático” (SILVA apud CASSIANO, 2007, p.26).

Desta maneira, percebemos que diferente das intenções do governo em tentar desvincular-se da antecedente gestão do país, em escala internacional, este procurou manter relações com os órgãos que promovem financiamentos para a educação. Em um contexto onde o livro didático além de ser responsabilizado por difundir a democracia e o desenvolvimento da nação com justiça social, de acordo com o que foi sinalizado por alguns direcionamentos elencados em seu decreto, como *reduzir os gastos da família com educação*; este também é valorizado pelo Banco mundial, conforme apontado por Silva no parágrafo anterior. E assim, sobre o livro didático Cassiano concebe que,

sua incorporação nas políticas educacionais se justificava não só pela busca da qualidade na educação, como também cumpria um importante papel no atendimento ao aluno carente, portanto havia o caráter assistencial agregado à finalidade educacional. (CASSIANO, 2007, p.26)

Desta forma, nota-se que a princípio Cassiano (2007) aponta o PNLD incluído em políticas que priorizam o assistencialismo, deixando à qualidade da educação em segundo plano, em outras passagens a autora indica que o assistencialismo se funde com a educação, sinalizando que não haveria prioridades nesta relação, assistencialismo-educação, seguindo de encontro a Kanashiro (2008), que após descrever as mudanças que seriam propostas pelo PNLD a partir de 1985, concebe que neste momento não havia preocupação com a qualidade da educação,



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Assim a política adotada reservava ao poder público o papel de mediador entre os professores e a produção editorial, sem que houvesse referência a padrões de qualidade ou políticas públicas para o setor. (KANASHIRO, 2008, p.54-55)

Kanashiro (2008) ainda reforça este fato, ao conceber que é a partir da década de 1990 que se observa à intensificação das discussões sobre a qualidade do livro didático, momento onde é criado pelo governo o *Plano Decenal de Educação para Todos*. Esta pesquisadora aponta em sua investigação, que esta política decretada no ano de 1993, foi um marco para as modificações nas políticas direcionadas aos materiais didáticos, destacando-se entre outros procedimentos,

a necessidade da melhoria qualitativa dos livros didáticos, a importância da capacitação adequada do professor para avaliar e selecionar os livros a serem utilizados e o estabelecimento de uma nova política do livro didático no Brasil. (KANASHIRO, 2008, p.55)

A partir deste momento a busca de estratégias para se atingir a universalização da educação básica com qualidade, foi anunciada entre outros procedimentos, por intermédio da adoção de projetos que visavam melhorar a qualidade dos manuais escolares, que seriam adotados pelo governo para suprir as demandas da rede pública de ensino, originando-se a sistematização do controle de conteúdos e procedimentos pedagógico-metodológicos que foi denominada como Avaliação Pedagógica. Através do diálogo entre autores, editoras e especialistas de cada área do conhecimento que foram nomeados pelo MEC para esta finalidade, passou-se a construir critérios para avaliar os livros didáticos que caso aprovados seriam autorizados para a compra pelo governo.

Foi no ano de 1996 que as políticas do PNLD expressas no documento do *Plano Decenal de educação para Todos* começaram a se efetivar, momento onde ocorre a primeira Avaliação Pedagógica sobre os manuais de ensino do primeiro ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) que seriam adotados no PNLD de 1997, ano em que se inicia a avaliação dos livros didáticos que constituiriam o PNLD de 1998, destinados aos alunos das séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries, hoje denominados como 6º a 9º anos). E assim a partir de 1996 as avaliações foram sendo sistematizadas e realizadas no decorrer da implementação dos programas do livro didático.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Outros procedimentos foram articulados a Avaliação Pedagógica para compor as políticas educacionais do período de gestão do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), neste sentido, se incluem as diferentes maneiras de fiscalizar o currículo, como a construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do sistema brasileiro de avaliação educacional; ainda cabe destacar o preparo do professor para avaliar e escolher os manuais de ensino.

Alguns investigadores identificam os investimentos em habilitar o professor para avaliar os manuais didáticos em detrimento da sua sólida formação, como uma questão política que ao invés de investir em um preparo intelectual que contribua para a efetivação de análises críticas⁶, serve de instrumento para controlar o trabalho docente, é neste sentido que se identificam as colocações sobre o discurso do Banco Mundial, conforme registradas em um artigo onde o autor alega que este “revelou maior preocupação com os livros didáticos, por ser investimento mais barato e mais eficiente na consecução dos objetivos dos organismos multilaterais, possibilitando o controle do trabalho do professor” (SCAFF, 2000 apud KANASHIRO, 2008, p.55).

Desta maneira a reorganização do PNLD com o propósito de, entre outras finalidades, efetivar a sua contribuição para a universalização do ensino e a busca da melhoria da qualidade da educação, anunciada quando este foi promulgado no ano de 1985, passou a ser sinalizada com a realização das Avaliações Pedagógicas dos livros didáticos; ainda enfatizamos que o PNLD estava inserido em um projeto maior que articula as reformas da educação brasileira às demandas políticas e econômicas envolvidas com a abertura do país ao capital internacional, procedimento que se realizava “especialmente por meio das privatizações, ampliaria consideravelmente as relações internacionais brasileiras, gerando implicações diretas para a educação” (CASSIANO, 2007, p. 44).

Neste sentido se destacam as relações do Brasil com o Banco Mundial e com editores europeus que dominaram o mercado de livros didáticos, influenciando a circulação destes no período de passagem das décadas finais do século XX para o início

⁶ O aprofundamento deste debate desviaria o foco deste momento, para saber mais sobre a Avaliação Pedagógica dos livros didáticos, o histórico do PNLD e da discussão sobre outras medidas pensadas para o



18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

controle curricular, após a implementação das Avaliações Pedagógicas do PNLD, e a repercussão destes na educação, consultar Cassiano (2007), Mantovani (2009) e Maciel (2015).
do século XXI. Ao pensar em mercado editorial e a circulação do livro didático, presume-se entre outras condições, a sua produção como mercadoria que para girar será comercializada, e para tanto irá submeter-se as regras dos projetos pensados para a educação, que incluem procedimentos já citados, como Avaliação Pedagógica e preparo do professor para esta finalidade, além das leis de mercado, é neste sentido que Zilberman (1998) ao se reportar sobre o livro didático concebe que,

ele é o primo-rico no ramo das editoras, visto assegurar uma rentabilidade segura, não só por contar com o apoio do sistema de ensino, como também por ter o abrigo do Estado, devido às políticas públicas que garantem a sua compra. (ZILBERMAN, 1998 apud CASSIANO, 2004, p.2)

A potencialização da produção e da comercialização de livros didáticos no Brasil do final do século XX, é demonstrada no trabalho de comunicação de parte da dissertação de mestrado de Cassiano (2004, p.5), onde a pesquisadora apresenta um quadro que expõe o levantamento de dados sobre as maiores editoras por ordem de faturamento concebido em milhões de dólares, durante no ano de 1997,

Quadro 1- Maiores editoras por ordem de faturamento

Editora	Faturamento
Ática/ Scipione	242,0
FTD	129,0
Saraiva	81,8
Moderna	78,0
Record	29,0
Cia das Letras	21,9
Siciliano	13,0
Rocco	11,7
Nova Fronteira	10,0
Ediouro	9,4

Fonte: Saab (1999) apud Cassiano (2004, p.5).

Com base nestes dados e referindo-se a concentração da produção de livros didáticos em poder de um pequeno número de editoras, Cassiano cita que “De acordo com Saab (1999), a indústria dos didáticos representa, em média, 54% da indústria



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

nacional, em 1998, dos 369 milhões de livros produzidos, 244 milhões referiram-se a livros didáticos, cujo segmento é o mais concentrado” (2004, p.5).

Pensando em alguns fatores que podem estimular a demanda por livros didáticos neste período final do século XX, lembremos que os alunos que estão na escola utilizam um livro didático para cada disciplina e que nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries), são fornecidos livros para as disciplinas: Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências; manuais de ensino que são substituídos de acordo com a mudança de série que ocorre anualmente. Soma-se a esses fatores o ensino seriado que é organizado para se realizar de maneira simultânea, no sentido das disciplinas serem lecionadas a muitos alunos concomitantemente, indo ao encontro do discurso de Cassiano (2004) ao explicitar que, “Essas três categorias (gradualidade, simultaneidade e universalidade) intrínsecas ao sistema escolar contemporâneo, explicam o grande volume de livros didáticos que circula, anualmente” (2004, p.5).

Estes, entre outros, fatores contribuíram para o PNLD se consolidar junto aos maiores programas de fornecimento de livros didáticos do mundo, podendo ajudar a compreender o sentido do MEC desde o surgimento do PNLD, salvo algumas exceções, manter a parceria com as mesmas editoras de manuais didáticos⁷. De acordo com o levantamento sobre a relação das editoras com as aquisições de livros do PNLD apresentados por Cassiano, entre as poucas que dominaram as vendas de livros didáticos, cabe destaque,

Saraiva, FTD, Ática, Scipione, Brasil, Nacional, IBEP, sendo que, nos últimos anos, as editoras Moderna e Atual passaram a engrossar esta lista. Saab (1999, p.15), como já apontamos, em estudo sobre a cadeia de comercialização de livros no Brasil, observa serem essas editoras, que vendem recorrentemente para o governo, as principais editoras de didáticos do país. (CASSIANO, 2004, p.7)

Sabe-se que no final do século XX, o expressivo faturamento proporcionado pela expansão da circulação de livros didáticos no Brasil, despertou o interesse de editoras de outros países, com destaque para Espanha que na década de 1990 já assumia o domínio de uma significativa produção editorial na América Latina, e assim um grande número de editoras brasileiras foram compradas por empresas multinacionais, provocando a



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

reorganização do mercado de livros didáticos no país. Como exemplo significativo destas modificações podem-se citar,

a Editora Saraiva, que tinha 15% do seu capital em propriedade de capital estrangeiro, vendeu mais 2,6% ao International Financial Corporation – IFC, órgão financeiro do Banco Mundial; As editoras Ática e Scipione foram, num curto espaço de tempo, compradas pelo

⁷ Alguns dados apontados por Cassiano (2004) ajudam a conceber este fato.

grupo Abril e pelo grupo Havas, da França, que posteriormente, foram vendidas para outro poderoso grupo francês, o Vivendi e, mais uma vez, foram compradas pelo Grupo Abril; a Editora Moderna em 2001, foi adquirida pela espanhola Santillana de Edições, do grupo Prisa. (CASSIANO, 2004, p.7-8)

As colocações resultantes dos dados levantados por Cassiano (2004) ajudam a entender o discurso sobre os programas de aquisição e fornecimento de manuais didáticos que o Banco Mundial difunde no final do século XX. São falas direcionadas aos países da América Latina e do Caribe considerados em desenvolvimento⁸, reforçando a ideia de que os livros didáticos podem contribuir para o aperfeiçoamento do ensino público, e que para tanto, o Estado deveria aprimorar e expandir o alcance das suas políticas de compra e distribuição dos manuais de ensino, estendendo-a para as séries finais do ensino fundamental.

Com esta breve descrição sobre a origem do PNLD que continua em vigência, observa-se que o livro didático fornecido aos alunos das escolas públicas brasileiras chega ao final do século XX, sendo predominantemente produzido por empresas privadas que seguem o controle do Estado. Por intermédio do MEC são sistematizados os PCN, que orientam a Avaliação Pedagógica e a construção do Guia do Livro Didático do PNLD, com as opções para a escolha dos manuais de ensino, servindo ao mesmo tempo para formalizar a imposição de diretrizes a serem seguidas pelos autores e as empresas editoriais, das quais o Estado é o maior cliente.

A relação do Estado com o mercado editorial articulada a políticas educacionais, que incentivam a produção de livros didáticos sobre o argumento de que estes devem se incluir nos investimentos necessários para uma educação pública de qualidade, ultrapassa a escala nacional, pois outros países da América Latina e do Caribe também apresentam



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

programa de fornecimento de livro didático financiados por agências internacionais, e de acordo com Uribe (2006), a maior parte desses países “tem, no início do século XXI, programas de compra e distribuição de livros didáticos que contam com financiamento de agências Internacionais” (URIBE, 2006 apud CASSIANO, 2007, p.101).

⁸ Cassiano (2007, p.98) nos indica que tal discurso se apoia, notadamente, em estudos realizados por especialistas do próprio Banco Mundial, que justificam a recomendação generalizada para que a aquisição dos livros didáticos seja política de Estado nessas regiões, dada a necessidade de melhoria da qualidade da educação pública.

Este fato pode ser constatado pelo levantamento realizado por Uribe (2006), conforme registrado por Cassiano (2007), sobre os programas estatais de livros didáticos da América Latina e do Caribe. Através da tabela onde a pesquisadora apresenta os projetos de cada país e respectivamente os responsáveis pela edição, impressão e financiamento dos livros didáticos, em vigência neste período de transição do século XX para o XXI, verifica-se que a maior parte dos financiamentos provém de agências internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outro fato perceptível no levantamento realizado por Uribe (2006) é que, excluindo o México onde o Estado é o responsável pela edição e impressão dos livros didáticos direcionados a distribuição gratuita aos alunos da educação primária, a produção editorial demonstra ser preponderantemente realizada por empresas privadas.

No Brasil os projetos para os livros didáticos neste período, são o PNLD decretado em 1985 e o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) vigente a partir de 2004, programas financiados pelo MEC e o BID para a edição e impressão de manuais de ensino, que no início do século XXI passaria a ser predominantemente realizada por multinacionais estrangeiras, sobretudo as empresas de origem espanhola.

Até o final da década de 1990 a produção brasileira de livros didáticos direcionada aos alunos do ensino básico, era hegemonicamente nacional, distinguindo-se de outros países da América Latina “que já contavam com a presença de editoras espanholas” (CASSIANO, 2007, p.123). No período de 1995 a 2002 onde se realizou a gestão do



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

governo FHC, algumas medidas indicaram-se interessantes para o capital internacional e estimularam a vinda das empresas espanholas para o Brasil.

Durante este momento percebe-se a negação do padrão de acumulação capitalista, com o Estado intervindo através de empresas estatais e o incentivo a abertura econômica do Brasil e a sua incorporação a mundialização capitalista, de maneira que o Estado mínimo funcione para atender as demandas do mercado internacional. Este movimento de internacionalização econômica⁹, que tem como fim viabilizar o livre fluxo de capital pelo planeta, envolve, entre outros procedimentos, como a _____

⁹ Para maior aprofundamento sobre a questão da liberalização do capital e a sua libertação das instituições que controlam suas negociações, e analisar a mundialização do capital financeiro articulado a internacionalização produtiva realizada por meio da intensificação dos investimentos externos diretos (IED), que são patrocinados por corporações transnacionais, consultar Chesnais (1996).

mundialização do capital produtivo e do capital na esfera financeira, a difusão de investimentos externos diretos (IED), que são promovidos por corporações transnacionais que expandem suas filiais por vários países, e a fusão das corporações através da venda e compra de empresas privadas e estatais, impactando o processo de privatizações no Brasil.

Ao observar os dados apresentados por Cassiano (2007, p.136) sobre a posição dos países que investiram no Brasil no período de 1995-2001, percebemos que é neste intervalo de anos que a Espanha fortalece a entrada do seu capital, disputando com os Estados Unidos da América o domínio dos investimentos realizados no país. Foi através da compra de empresas privadas e empresas públicas, com destaque para os setores de telefonia, bancário, eletricidade e de edição, que a Espanha conquistou a liderança dos investimentos no Brasil, de acordo com Cassiano,

Os principais grupos que se instalaram no país foram a Telefônica, Sol Meliá na área hoteleira, Endesa e Iberdrola na área de eletricidade, Santander na área bancária e o Grupo Prisa na área editorial, por meio do seu braço editorial, a Santillana. (CASSIANO, 2007, p.137)

Desta maneira identificamos que no Brasil do governo FHC, os incentivos orientados para a reestruturação capitalista que tinham como fim adaptar e introduzir o país a mundialização do capital; promoveu-se um movimento que se realizou via a



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

abertura econômica, articulada aos programas de privatizações que foram pensados como estratégia para a disseminação de perspectivas neoliberais.

Um dos propósitos pensados como alternativa para a crise de superprodução pautada na estrutura produtiva fordista, que resultou na reinvenção do padrão de produção e de acumulação capitalista conhecido como toyotista, foi intensificar a mundialização do capital. É sobre este, entre outros, propósitos como flexibilizar a produção de acordo com as demandas do mercado, que surge o neoliberalismo; reordenamento político e institucional que se origina com a intenção de fazer o capital fluir sobre as fronteiras econômicas nacionais que foram criadas no período de intervenção estatal Keynesiano¹⁰, que propunha entre os seus preceitos, a proteger as

¹⁰ Para analisar com mais cuidado do Fordismo/Keneysiano à introdução do sistema Toyota de produção no Brasil em meio a um cenário neoliberal de internacionalização do capital, verificar Harvey (2001) e Eurenice (2004).

indústrias do capital externo.

Desta forma as privatizações vieram como estratégia para romper com o protecionismo, que através das tarifas alfandegárias controlava a entrada de produtos importados nos países. É neste sentido que Frigotto e Ciavatta (2003), ao comentarem sobre as privatizações realizadas no período, nos ajudam a conceber um cenário de liberalização, fluidez do capital e a proteção de interesses privados com o Estado pouco intervindo, pois estes pesquisadores,

consideram que o seu ponto fulcral não é apenas a venda de algumas empresas, mas o processo de que o Estado se valeu para se desfazer do patrimônio público, privatizando serviços que são direitos (saúde, educação, aposentadoria, lazer, transporte, etc), diluindo a possibilidade de o Estado fazer política econômica e social. Nessa perspectiva, inclusive no que se refere aos direitos, temos o mercado como regulador. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003 apud CASSIANO, 2007, p.135)

Em uma passagem do seu trabalho, *A educação como política pública* (2001), que se articula as colocações de Frigotto e Ciavatta (2003), Azevedo (2001), nos ajuda avançar no entendimento da relação Estado-mercado sendo pautada pela sujeição do



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Estado á lógica do mercado, que não necessitaria deste último para se regular e controlar as relações de produção, pois de acordo com Azevedo,

Como ponto de partida, deve-se ter presente que o neoliberalismo questiona e põe em cheque o próprio modo de organização social e política gestada com o aprofundamento da intervenção estatal. ‘Menos Estado e mais mercado’ é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção da liberdade individual, tal como concebida pelo liberalismo clássico. (AZEVEDO, 2001, p.11)

Ao pensar sobre qual seria a liberdade do indivíduo, que se articula aos interesses mercadológicos que demonstram imperar nesta relação Estado-mercado do início do século XXI, e de acordo com o contexto apresentado nesta rápida apreensão sobre o PNLD, política que ora é sinalizada como assistencialista, e em outros momentos é apontada como um elemento que colabora para uma educação de qualidade, que poderia propiciar efetivas mudanças na vida das pessoas; fechamos temporariamente esta preliminar apreensão do PNLD, com à inquietação sobre a possibilidade da elaboração de manuais escolares e outras ferramentas pedagógicas, que possam contribuir para a práticas educativas voltadas para o desenvolvimento social e a formação para a vida, desvinculando-se do objetivo de servir como um meio a atender as demandas do mercado, seria possível?

RESULTADOS

Com este breve ensaio conseguimos inferir que o PNLD, decretado em meio a um cenário de redemocratização e abertura do país ao capital internacional, é uma política de Estado que foi continuada por vários governos, que através desta política educacional desenvolve(ram) meios para induzir o conhecimento que, por intermédio dos manuais escolares, irá penetrar na escola.

Desta maneira concebemos que mesmo não sendo o único elemento que media a interação entre professores-alunos, o livro didático impacta a prática das disciplinas que compõe o currículo, como a Geografia escolar. Pois, em muitas situações este recurso



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

pedagógico é a única referência de pesquisa para os alunos e grande quantidade de professores o adota como base para planejar e preparar as suas aulas.

Com base nestas constatações e as estatísticas¹¹ da distribuição e aquisição de livros didáticos que hegemonicamente se inserem na escola sobre chancela do PNLD, podemos observar, que o manual escolar é uma das maneiras entre as quais as disciplinas escolares como a Geografia se apresentarem na escola e influenciarem a formação dos indivíduos.

No entanto, não podemos ignorar que a apropriação das discussões que o livro didático apresenta, envolve uma série de questões, como a formação do professor, a experiência do aluno e a metodologia docente e, por isso, apenas a análise do conteúdo não é suficiente para entender o nosso objeto de pesquisa, o livro didático de Geografia que historicamente se insere e é impactado por políticas educacionais, como o PNLD, que irão influenciar a sua produção, circulação e apropriação.

Frente as estas constatações e inquietações proporcionadas após apontados alguns fundamentos da origem do PNLD inserido nas políticas de Estado e articulado aos intentos do capital internacional, em um cenário de rearranjo do padrão de acumulação capitalista neoliberal adotado nas últimas décadas século XX; pretendemos

¹¹ A contabilidade da compra dos livros didáticos que foram realizadas pelo Estado por intermédio do PNLD, não cabem neste trabalho, por ora indicamos as fontes onde se localizam os dados referentes a comercialização de manuais escolares entre as editoras e o Estado brasileiro: endereço eletrônico do Fundo Nacional de Educação (FNDE) e os trabalhos de Cassiano (2007) e Maciel (2015).

continuar esta análise e verificar com maiores cuidados a repercussão destas inquietudes, sobretudo proporcionadas pelas políticas de Estado ligadas à internacionalização da produção e circulação de livros didáticos no século XXI e os seus impactos na educação, adotando para este fim, o recorte da Geografia escolar registrada nos manuais escolares aprovados pelo PNLD, conforme explícito no início deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. Construção do espaço geográfico brasileiro. 5 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. Expedições geográficas. São Paulo: Moderna, 2011.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

ALBUQUERQUE, M. A. Martins de. Livros didáticos e currículos de geografia: uma história a ser contada. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; TONINI, Ivaine Maria (et al.). *O ensino de geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre: Mediação, 2014, p. 161-174.

ALMEIDA, Candido Mendes. Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro. Lithographia do Instituto Philomathico. 1868.

AZEVEDO, Aroldo de. O Brasil no mundo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. O Brasil e suas regiões. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. Geografia do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. 2. Ed. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol.56).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma História do Saber Escolar. Tese de doutoramento, USP: São Paulo, 1993.

CARVALHO, Delgado de. Methodologia do Ensino Geographico. Petropolis: Typografia das vozes de Petropolis, 1925.

_____. Geographia do Brasil. 6ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1976.

CASSAB, Clarice. Reflexões sobre o Ensino de Geografia. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v.13, n.1, p. 43- 50, 2009.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Mercado do Livro Didático no Brasil. In: I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/celiacristinacassiano.pdf> Acesso em: 03 jan. /2015.

_____. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese de Doutorado, PUC: São Paulo, 2007, 234 p.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

CASTELLAR, Sonia; MAESTRO, Valter. Geografia: uma leitura do mundo: Brasil. São Paulo: Quinteto Editorial, 2009.

CASTRO, Jorge Abrahão. 1996. *O processo de gasto público do Programa do Livro Didático*. Texto para Discussão nº 406. Brasília: IPEA.

CHESNAIS, François. A Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

EURENICE, Oliveira de. Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. Ed. Expressão Popular, 2004, 184p.

FRANCO, Maria Laura P.B. 1982. O livro didático e o Estado. *ANDE- Revista da Associação Nacional de Educação*. São Paulo. Ano 1, n.5.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>
Acesso em: 26 out. 2015.

GABRELON, Anderson. A trajetória do ensino de geografia no Brasil. Monografia, PUC: São Paulo, 2013, 109p.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

KANASHIRO, Cintia Shukusawa. Livro Didático de Geografia: PNLD, materialidade e uso na sala de aula. Dissertação de Mestrado, USP: São Paulo, 2008.

MACIEL, Giséle Neves. Livros Didáticos de Geografia (PNLD1999-2014): Editoras, Avaliações e Erros nos Conteúdos sobre Santa Catarina. Tese de doutoramento, UFSC: Florianópolis/ SC, 2015.

MANTOVANI, Katia Paulilo. O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: Impactos na Qualidade do Ensino Público. Dissertação de Mestrado, USP: São Paulo, 2009, 126p.

MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: contexto, 2007.

_____. O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina. São Paulo: contexto, 2014.

OLIVEIRA, João Batista Araújo, GUIMARÃES, Sonia Pinto Dantas, BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. 1984. *A política do livro didático*. 2ª edição. Campinas/São Paulo: UNICAMP/Summus.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1981.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837 – 1942)*. Dissertação de mestrado, PUC: São Paulo, 1996, 302 p.

_____. *O colégio Pedro II e a institucionalização da Geografia escolar no Brasil Império*. In: Giramundo, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-34, jan./ jun. 2014.

SAAB, William Jorge Lopes; GIMENEZ, Luiz Carlos Perez; RIBEIRO, Rodrigo Martins. 1999. *Cadeia de comercialização de livros*. Gerência setorial de comércios e serviços do BNDS.

SANTOS, Douglas. *Referencial Curricular de Geografia*. São Paulo. Fundação Bradesco. 2005.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. *Atlas Geográfico do Brasil. Leituras da territorialidade e a construção da brasilidade*. Tese de doutoramento, PUC: São Paulo, 2006, 155p.

URIBE, Richard. 2006. *Programas, compras oficiales y dotación de textos escolares en América Latina*. Bogota: CERLALC.

VEDOVATE, Carlo Fernando. *Projeto Araribá- Geografia 7*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.

VESENTINI, José William. *Brasil, Sociedade e Espaço*. 32 ed. São Paulo: Ática, 2008.

VESENTINI, J. William; VLACH, Vânia. *Projeto Teláris- Geografia 7: o espaço social e o espaço brasileiro*. São Paulo: Ática, 2012.